

PSDB quer Real II, diz Alcântara

O PSDB deverá reivindicar do governo, caso o presidente Fernando Henrique Cardoso se reeleja, a implantação da segunda fase do Plano Real, marcada pelo combate ao desemprego. A previsão foi feita ontem pelo senador Lúcio Alcântara. **Página 4**

Nabor critica Enéas por defender bomba

O senador Nabor Júnior condenou ontem a promessa do candidato do Prona à Presidência da República, Enéas Camêiro, de promover a fabricação de bombas atômicas pelo país, a exemplo de Índia e Paquistão. **Página 4**

Miranda defende ecoturismo

O senador Gilberto Miranda defendeu ontem o estímulo ao ecoturismo na região amazônica. Ainda pouco explorada no Brasil, a atividade foi apontada pelo senador como o "melhor caminho para a preservação da floresta". **Página 2**



Os senadores Jefferson Péres e Lúcio Alcântara (em primeiro plano), autor e relator do projeto, consideram desnecessária a lei atual

Vai à Câmara projeto que revoga Lei de Imprensa

A proposta foi considerada ontem aprovada em caráter terminativo, depois de ter sido acolhida por unanimidade, no início do mês, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O Senado enviou à Câmara o projeto do senador Jefferson Péres que revoga a Lei de Imprensa, em vigor desde 1967. O texto foi considerado aprovado em caráter terminativo, ao final do prazo para a apresentação de recurso destinado a garantir sua apreciação em plenário. O autor do projeto - aprovado por unanimidade no início de junho pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - sustenta que os códigos Penal e Civil já

prevêem a defesa de qualquer pessoa que se sinta injuriada, difamada ou caluniada por meios de comunicação ou jornalistas. "A atual Lei de Imprensa é incompatível com o estado de direito", avalia Jefferson. O senador considera necessária apenas uma lei que detalhe o direito de resposta. Ele recordou que uma proposta nesse sentido, apresentada pelo senador Roberto Requião, já foi aprovada pelo Senado. **Página 3**

Campos cobra aplicação do teto de 2% para multas

O senador Júlio Campos condenou ontem o que classificou de "descaso" do governo com a aplicação da lei que proíbe a cobrança de multas, por atraso no pagamento, superiores a 2% do valor da prestação.

"Salta aos olhos que instituições financeiras, comerciais, industriais, construtoras e condomínios continuam cobrando multas absurdas, nas barbas do governo", observou o senador. **Página 3**



Campos vê "descaso" com a lei

Miranda pede apoio para o ecoturismo



Miranda: "preservando floresta"

ta Rica, que tem o tamanho do estado do Espírito Santo, o ecoturismo rendeu US\$ 600 milhões em 1996, somente em visi-

o defender o ecoturismo como uma das saídas para a exploração racional da flora e da fauna da Amazônia, o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) disse que essa alternativa de desenvolvimento, ante à evidência do seu valor econômico, "é o melhor caminho para a preservação da floresta".

— Na Amazônia, o turismo silvestre ecológico ainda é apenas marginalmente explorado. No entanto, tem um enorme potencial — enfatizou Miranda, ressaltando que a caça e a pesca esportivas podem significar emprego, desenvolvimento e divisas.

Segundo o senador, na Cos-

tas e passeios não convencionais em suas selvas. "Na Amazônia, cerca de cem vezes maior, esse turismo rendeu apenas US\$ 40 milhões no mesmo período. E Manaus fica a apenas cinco horas de voo de Miami", disse, destacando a limitada estrutura hoteleira da Amazônia, onde se encontram apenas 17 hotéis dedicados ao ecoturismo.

Miranda informou que o assunto já despertou as atenções da Secretaria de Assuntos Estratégicos. "No aspecto defensivo, a SAE fez um levantamento das ações de entidades estrangeiras na Amazônia brasileira, das extrações ilegais e do contrabando de

produtos. No aspecto positivo, a Secretaria de Assuntos Regionais formulou um programa destinado a descobrir as aplicações industriais e comerciais de produtos da biodiversidade amazônica", informou o senador.

Esse programa, segundo ele, inclui a implantação de um centro de pesquisas, em Manaus, e de um laboratório de ensaios e testes, em São Paulo.

O senador disse que, entre as alternativas de ecoturismo, a pesca e a caça não predatórias seriam importantes até para a preservação de espécies e para impedir a saída de patrimônio genético para o exterior.



Wilson lembra centenário

Wilson homenageia Antônio de Novas

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) registrou o centenário de nascimento do ex-senador pernambucano Antônio de Novas Filho, ocorrido em 19 de junho. Wilson afirmou que Novas Filho, ao morrer em 1978, deixou um legado de vida exemplar dedicada à causa pública, tendo participado ativamente dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte que redigiu a Carta democrática de 46.

A vida profissional de Novas Filho, lembrou Wilson, teve início no setor agrícola, no qual ele se dedicava à cultura da cana-de-açúcar, tendo a sua liderança o levado a sucessivos mandatos na presidência da Sociedade Auxiliadora de Agricultura. Novas, paralelamente, seguiu a formação do pai, juiz, e graduou-se em direito.

O ingresso na vida pública ocorreu em 1937, informou Carlos Wilson, quando Novas Filho assumiu a Secretaria de Agricultura de Pernambuco. No mesmo ano, tornou-se prefeito de Recife a convite do interventor Agamenon Magalhães. Nesse cargo, permaneceu até 1945, quando foi eleito, pelo extinto Partido Social Democrático, para ocupar uma cadeira no Senado Federal.

Amin defende produção nacional de coque



Amin: "concorrência desleal"

"Basta de extinguirmos vagas em nosso mercado de trabalho para criá-las no exterior", afirmou o senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao defender os produtores de coque contra a concorrência das importações da China. Ele informou que a indústria nacional de coque está à beira da falência e pregou a adoção de medidas necessárias para inibir a concorrência desleal na

comercialização do produto.

Conforme Amin, até há pouco tempo, a produção de coque no sul de Santa Catarina contava com 12 unidades industriais, que operavam em sua plena capacidade. Hoje, não mais que cinco coquearias estão em operação. Ele acrescentou que a capacidade instalada das coquearias brasileiras é da ordem de 15 mil toneladas por mês, mas a pro-

dução atual não supera 3 mil toneladas mensais.

"A capacidade ociosa do setor está na faixa de impressionantes 80%, com todas as consequências que se podem facilmente imaginar para a economia regional", argumentou o senador. Ele classificou como predatória a concorrência exercida pelo coque irregularmente importado da China.

Agenda

PLENÁRIO

10h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

Plenário

Quarta-feira (24.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Quinta-feira (25.6.98)

14h30 - Sessão não deliberativa

Sexta-feira (26.6.98)

9h - Sessão não deliberativa

Segunda-feira (29.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que dispõem sobre a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta

Terça-feira (30.6.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno das "PECs nºs 6 e 11/98, que dispõem sobre a situação funcional de servidores de empresas públi-

cas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; "Requerimento nº 401/98, de autoria do senador José Bianco, solicitando a prejudicialidade dos PLSs nºs 15, 17, 50 e 112/96; 177 e 197/97, e PLC nº 114/95, que dispõe sobre planos de saúde, em virtude da aprovação do PLS nº 93/93, que versa sobre a mesma matéria; e "Requerimento nº 409/98, de autoria do senador José Eduardo Dutra, solicitando o desamparamento dos PLCs nºs 32/92 e 41/94, para tramitarem separadamente dos PLCs nºs 17/93; 60/94; 32/95; e 104/97

Quarta-feira (01.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLS nº 77/98-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada da Grande Teresina e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina, no estado do Piauí

Quinta-feira (02.7.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Especial

Quarta-feira (24.6.98)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Doces Poderes. Auditória Patrônio Portella*

Depressão é tema de debate na TV

Tristeza, pessimismo, apatia e negativismo são alguns dos sintomas da depressão, tema que será tratado no programa "Mulheres em Debate", que será transmitido pela TV Senado às 8h, 13h15 e 19h30 de hoje.

Para discutir o problema, que atinge cerca de 5 milhões de brasileiros, foram convidadas a psicóloga Adriana Lobo e a neurologista, psiquiatra e psicoterapeuta Henriqueta Camarote.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djálba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br

Jefferson Pères diz que códigos Penal e Civil têm instrumentos suficientes para defender a honra. Câmara vai discutir proposta

Senado aprova projeto que revoga a Lei de Imprensa

A presidência do Senado considerou ontem aprovado, de forma terminativa, projeto do senador Jefferson Pères (PSDB-AM) que revoga a Lei de Imprensa (Lei 5.250 de 1967), apontada como uma herança do regime pós-64. O projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde também terá de ser debatido e votado.

Jefferson Pères sustenta que os códigos Penal e Civil já prevêem a defesa de qualquer pessoa que for injuriada, difamada ou caluniada por meios de comunicação ou jornalistas. O Código Penal estabelece as penas e o Código Civil prevê as indenizações por danos morais e patrimoniais decorrentes de notícia ofensiva ou mentirosa.

— A atual Lei de Imprensa é incompatível com o estado de direito. Tanto assim que ela não existe na grande maioria dos países democráticos — afirma Jefferson Pères.



Jefferson: estado de direito

O projeto havia sido aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no início deste mês e, como nenhum senador apresentou pedido para votar o assunto em plenário, a proposta foi considerada aprovada de forma terminativa pelo Senado (ver matéria abaixo). Na CCJ, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Conforme o autor do projeto, para completar os códigos Penal e Civil basta uma lei deta-

lhando o direito de resposta de pessoas ofendidas em matéria jornalística. Jefferson disse que o Senado aprovou recentemente projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) tratando desse direito de resposta, e a matéria também se encontra em discussão na Câmara.

Jefferson Pères discorda do projeto da nova Lei de Imprensa que está tramitando na Câmara, o qual estabelece inclusive valores de multas para meios de comunicação e jornalistas que cometerem os crimes de calúnia, difamação ou injúria.

Na opinião de Jefferson Pères, a Lei de Imprensa em discussão na Câmara pode, com as indenizações, "assumir um caráter de tal modo intimidativo que acabaria por cercar a liberdade de imprensa, mediante a autocensura que os órgãos de comunicação se imporiam". Para ele, é melhor continuar como acontece atualmente, quando o valor fica a critério dos juízes e tribunais.

DECISÃO TERMINATIVA PRESTIGIA COMISSÕES E ACELERA VOTAÇÕES

A Constituição de 1988 deu às comissões do Senado e da Câmara uma nova responsabilidade: aprovar ou rejeitar projetos, sem necessidade da anuência do plenário.

A chamada "decisão terminativa" prestigiou o trabalho das comissões e imprimiu maior rapidez à tramitação de projetos, principalmente os de autoria dos senadores. A legitimidade das decisões não é prejudicada, já que a composição das comissões e a escolha de relatores obedece à proporcionalidade das bancadas dentro do Senado.

O Regimento Interno estabelece que:

■ uma comissão pode aprovar ou rejeitar projetos de lei ordinária de autoria de qualquer senador, desde que não proponham códigos;

■ a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode aprovar terminativamente resolução que suspenda lei declarada inconstitucional pelo STF;

Por delegação do presidente do Senado, ouvidas as lideranças, as comissões também podem dar a última palavra sobre:

■ tratados ou acordos internacionais;

■ exploração de recursos hídricos e minerais em terras indígenas;

■ alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2,5 mil hectares;

■ projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que já tenham sido aprovados lá definitivamente por comissão.

Mas o plenário terá que ser consultado obrigatoriamente no caso de:

■ emendas à Constituição;

■ projetos de resolução sobre Regimento;

■ operações financeiras e endividamento da União, estados e municípios;

■ fixação de alíquotas de impostos.

A votação na comissão deve ser nominal, presente a maioria absoluta dos seus membros. A decisão é comunicada à presidência do Senado, para que o plenário dela tome conhecimento. Ainda cabe recurso contra a decisão, desde que feito com o apoio de, pelo menos, nove assinaturas (um décimo dos senadores). Esgotado o prazo sem que haja recurso, o projeto será, conforme o caso, remetido à Câmara, encaminhado à sanção, promulgado ou arquivado.

Campos cobra cumprimento da lei que limita multas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) condenou o "descaso" do governo quanto ao descumprimento da Lei 9.298/96, que proíbe a cobrança de multas — por atraso no pagamento de obrigações financeiras — superiores a 2% do valor da prestação.

O senador lembrou a Lei da Usura, de 1933, como exemplo de que "a nação, pelo menos teoricamente, repudia a agiotagem e estabeleceu critérios precisos para qualificá-la, mas, infelizmente, eles são cotidianamente desmoralizados".

Voltando à legislação que estabelece o limite na cobrança de multas e juros de mora, Júlio Campos disse que, "como é de se esperar, as dificuldades provocadas pela prática (de cobrança de multas altas) não suscitam reclamos éticos por parte dos beneficiários que, evidentemente, estão plenamente satisfeitos com os resultados obtidos por esse modo ilegal de enriquecimento".

— Salta aos nossos olhos que instituições financeiras, comerciais, industriais, construtoras, condomínios e outras, nas barbas do governo, continuam cobrando das pessoas multas e juros de mora extorsivos, pelo atraso em pagamentos de contas, títulos e outros documentos — afirmou.

Destacou o senador que "o desrespeito às leis e aos valores éticos ressalta a ilegitimidade do Estado em sua qualidade de autoridade jurisdicional", acrescentando que, "para evitar que as instituições se desmoralizem, o Executivo precisa corrigir seus



Campos: repúdio à agiotagem erros e obrigar a que todos cumpram com as normas formalmente estabelecidas".

Júlio Campos comentou que "o divórcio entre o Estado e a nação, mais cedo ou mais tarde, levará esta a exigir o respeito aos seus direitos elementares consagrados nos debates e nas decisões jurídicas efetivamente estabelecidas".

Ele ponderou que, quando o "Direito Positivo faz vista grossa ao cumprimento de suas normas, af, à revelia da lei, instala-se a desobediência civil porque o explorado não acredita mais na intervenção do Estado".

Isso foi o que aconteceu com o publicitário e jornalista carioca Hélio Kaltman, relatou o senador. Por causa de um processo parado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), segundo informou Campos, Kaltman decidiu ligar para o instituto e se identificar como "doutor Palhares", assessor de gabinete, para conseguir resolver seu problema. "Finalmente, conseguiu e recebeu a autorização para sacar R\$ 5.216,20 de uma poupança que tinha direito", informou Campos.

Rocha critica aumento dos planos de saúde

O reajuste de 10% nas tabelas dos planos de saúde e a não utilização, pelo governo, de R\$ 38 milhões destinados a programas de prevenção à saúde estão



Sebastião Rocha

entre os assuntos da entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que vai ao ar

hoje, às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45, pela TV Senado.

Relator do projeto que gerou a lei dos planos de saúde, sancionada este mês, Rocha orientou os segurados a recorrerem ao Procon numa tentativa de invalidar o aumento das mensalidades dos seguros.

Senador acredita na reeleição do presidente e adianta que o PSDB reivindicará, no segundo mandato, a busca do crescimento econômico, o fortalecimento das empresas e o combate sem trégua ao desemprego

Alcântara prevê desenvolvimento com FHC

Ao manifestar sua confiança na reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que o próximo mandato será marcado pela segunda fase do Plano Real. "O que nós, do PSDB, reivindicaremos será o dinamismo da economia, o fortalecimento das empresas e o combate sem trégua ao desemprego, que está penalizando a população brasileira", destacou.

Para Alcântara, a convenção do PSDB, realizada no sábado, apontou a importância de o próximo governo estar diretamente ligado à busca do desenvolvimento econômico, como salientou o presidente em seu discurso. "Mesmo que algumas medidas já estejam sendo tomadas para combater o desemprego, todos sabemos que emprego de fato somente poderá surgir quando houver quem compre o produto das empresas ou use seus serviços", disse.

O senador cearense lembrou que a lei recém-aprovada no Senado, criando o emprego temporário, tem-se mostrado inocua. "O problema é mundial, mas no Brasil tem uma face mais cruel, por não haver uma rede de proteção social eficiente. Por isso, o desenvolvimento será



Alcântara: nova fase do Plano Real

a bandeira do segundo mandato de Fernando Henrique, como o combate à inflação marcou o primeiro. Com certeza, ninguém quer se recordar da época dos salários corroídos pela inflação e da economia desorganizada pela indexação", enfatizou.

Alcântara afirmou, ainda, que o atual panorama político-partidário vem mostrando como estavam errados aqueles que imaginavam ser a reeleição a chave para o contínuo automático. "O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso tem amargado algumas quedas nas pesquisas — a última pesquisa publicada revela novamente que Sua Excelência está em ascensão —, o que serve para nos advertir de que não há garantia de sucesso para alguém que pleiteia a reeleição", frisou, observando, no entanto, que o PSDB está confiante na vitória de Fernando Henrique.

Desfiguração arquitetônica de Brasília preocupa

"Vejo com preocupação a desfiguração arquitetônica de Brasília", afirmou o senador Lúcio Alcântara, referindo-se a recente lei do Distrito Federal que autoriza a ocupação de áreas públicas por *trallers* e quiosques. "A cidade é Patrimônio Cultural da Humanidade, tombada pela Unesco. Isso representa um galhardão, mas traz também responsabilidade", alertou, fazendo um apelo ao governador Cristovam Buarque para que sua opção pelo social não represente o aniquilamento da estética na cidade.

"Li no *Correio Braziliense* que o procurador da República Antonio Carlos Alpino Bigonha ingressou na Justiça Federal com uma representação contra essa legislação. Espero que Buarque, intelectual e homem sensível, possa obter o equilíbrio entre a preservação da arquitetura e as necessidades sociais da população", observou.

O senador lembrou que poucas cidades brasileiras foram escolhidas como patrimônio mundial: Olinda, Ouro Preto e Brasília. "A população precisa se sensibilizar em relação a essa distinção", advertiu Alcântara.

Nabor lamenta intenção de fabricar bomba nuclear

A promessa do candidato à Presidência da República pelo Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), o médico Enéas Carneiro, de que, caso seja eleito, incentivará a fabricação de bomba nuclear pelo país, foi criticada ontem pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC). "Felizmente, de acordo com as pesquisas que têm sido divulgadas, o candidato Enéas não tem chances de se eleger. Isso é motivo de grande tranquilidade para nós", afirmou Nabor.

As pesquisas de Enéas e deduziu que o candidato do Prona está buscando um espaço político localizado na ultradireita, a exemplo da tendência que tem crescido em alguns países europeus. No entanto, observou o senador, "são teses que não podemos



Nabor: povo é pacifista

aceitar porque são desumanas, baseadas no racismo e na segregação". Alcântara concordou com Nabor Júnior sobre a necessidade de o Brasil dominar o ciclo nuclear para outros fins, como as inúmeras aplicações no campo da medicina.

Nabor Júnior voltou a defender o uso, pelo Brasil, da energia nuclear para fins pacíficos e fez um apelo ao candidato Enéas — lembrando que ele também é um acreano — para que desista das bombas atômicas.

"Idéias como essa não vão prosperar em nosso país. Somos um povo pacifista", ressaltou o senador.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) comentou que também foi surpreendido pelas declara-

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre a medida provisória editada pelo governo com as regras de transição para a nova lei dos planos de saúde
- 8h - "Mulheres em Debate": entrevista com a psicóloga Adriana Lobo e a neurologista e psiquiatra Henriqueta Camarote sobre a depressão
- 9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre a medida provisória editada pelo governo com as regras de transição para a nova lei dos planos de saúde
- 10h - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 12h15 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre a medida provisória editada pelo governo com as regras de transição para a nova lei dos planos de saúde
- 13h15 - "Mulheres em Debate": entrevista com a psicóloga Adriana Lobo e a neurologista e psiquiatra Henriqueta Camar-

- rote sobre a depressão
- 14h30 - Sessão plenária não deliberativa (reapresentação)
- 18h45 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre a medida provisória editada pelo governo com as regras de transição para a nova lei dos planos de saúde
- 19h30 - "Mulheres em Debate": entrevista com a psicóloga Adriana Lobo e a neurologista e psiquiatra Henriqueta Camarote sobre a depressão
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Política Econômica" - entrevista com o secretário da Receita Federal Everardo Maciel
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - "Fala, Cidadão"

- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 10h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 15h - Retransmissão da sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h40 - Música e informação até as 7h30